



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA – ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Constitui o objeto do presente Termo a elaboração de diretrizes para a prestação de serviços para a realização de exames laboratoriais em atendimento as demandas da Secretaria de Saúde do Município de Biritinga – Bahia, conforme especificações e quantidades estabelecidas neste Termo.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada neste Termo de Referência.

2.2. Da justificativa para a contratação dos serviços:

2.2.1. Com base nas informações no DFD – Documento de Formalização da Demanda expedido com base nas demandas do Município, justifica-se a contratação de prestadores de serviços – Pessoa Jurídica – de forma complementar aos serviços da Rede Pública de Saúde de Biritinga, tendo em vista que o município não disponibiliza de laboratório próprio, haja vista a inviabilidade de implantação, uma vez que os Parâmetros Assistenciais vigentes, estimam um laboratório para atender uma população de cerca de 15.146 habitantes, em virtude disso, primando pela economicidade e o bom uso do recursos público, justifica-se a contratação de laboratório privado.

A oferta de exames laboratoriais na Rede Pública de Saúde é extremamente importante, uma vez que assegura a INTEGRALIDADE da ASSISTÊNCIA e é fundamental no apoio ao diagnóstico e tratamento, reduzindo custos, ampliando a resolutividade na Atenção Primária em Saúde (APS), além do uso Racional de Medicamentos. Ainda, reduz custos adicionais com encaminhamentos a outros serviços.

Ressalta-se ainda, tratar-se de Assistência à Saúde que um Direito Fundamental assegurado pelo Constituição Federal, nos artigos 196 a 200, Lei Orgânica da Saúde 8.080/90, Lei Complementar 141/2012, Decreto Federal 7.508/2011 e demais legislações pertinentes, cabendo à gestão pública assegurar a UNIVERSALIDADE DO ACESSO e a INTEGRALIDADE DA ASSISTÊNCIA, princípios doutrinários e transversais do SUS em todos os Pontos de Atenção e Níveis de Complexidade.

Neste contexto, contratação dos serviços se faz necessária devido a Secretaria de Saúde do Município disponibilizar o atendimento gratuito para a população, sendo que o Município não dispõe de Laboratório Municipal, e para atender as demandas será necessária a contratação de laboratório que atenda toda a demanda de exames laboratoriais do Município, atendendo as solicitações da rede de Atenção Básica de Saúde da Família. Prestando atendimento aos usuários de Biritinga, realizando exames de rotina e os exames dos Programas do Ministério da Saúde. Além disso, o presente estudo tem por objetivo apresentar as bases para o planejamento para a contratação dos itens necessários para garantir as condições de atendimento dos pacientes do Município. Os serviços oferecidos têm por finalidade garantir que sejam realizados a coleta de dados para os exames laboratoriais. Isso permite que o município identifique padrões epidemiológicos, tome medidas preventivas específicas e aloque recursos de forma mais eficaz. A realização de exames laboratoriais desempenha um papel crucial na promoção da saúde, prevenção de doenças, diagnóstico precoce e monitoramento de condições médicas. Esses exames fornecem informações objetivas sobre o funcionamento do corpo, permitindo que os profissionais de saúde identifiquem possíveis problemas de saúde, avaliem o risco de doenças e monitorem a eficácia do tratamento. Neste contexto, os exames laboratoriais facilitam a realização de ações preventivas e possibilitam o diagnóstico precoce de condições de saúde. Isso pode resultar em tratamentos mais eficazes, menos custosos e maior probabilidade de cura ou controle de doenças.

Fundamentação: Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021)

3. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Requisitos

3.1. Os requisitos da contratação comporão este Termo de Referência e referem-se aos seus aspectos legais, conforme a seguir:

- A empresa contratada deverá prestar os serviços de realização dos exames laboratoriais de análises clínicas, constantes no termo de referência, para atendimento dos pacientes atendidos pelo Município de Biritinga, conforme autorização realizada pela Secretaria Municipal de Saúde.
- A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor previsto na Tabela do contrato a ser firmada, por exame realizado, conforme produção.
- Poderão participar deste processo qualquer pessoa jurídica legalmente constituída que satisfaça as exigências do edital e seus anexos, que tenha atividade comercial de prestação de serviço compatível com o objeto da Contratação e realize, efetivamente, o serviço ofertado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA – ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE MUNICIPAL DE SAÚDE

- Além da documentação exigida no Edital, os interessados na presente contratação deverão ainda atender aos requisitos e apresentar a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação e contratação:

- a) Registro ou inscrição da empresa e do responsável técnico no CRF/BA (Conselho Regional de Farmácia da Bahia) e/ou no CRBM/BA (Conselho Regional de Biomedicina da Bahia);
- b) Declaração formal de que terá disponível para a execução do serviço objeto desta licitação profissionais com formação na especialidade exigida para a prestação de serviços e que todos os profissionais disponibilizados pela Licitante possuirão registro no competente conselho de classe.
- c) Atestado de Capacidade Técnica para execução dos serviços objeto desta contratação.
- d) Alvará Sanitário vigente emitido pela Vigilância Sanitária do Município de origem da Empresa.
- e) Alvará de Funcionamento emitido pelo Município de origem.
- f) Cópia do Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES) atualizado.

Fundamentação: Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução. (Inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133 O item que pretende-se adquirir através de procedimento licitatório têm natureza de bem comum, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por Edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.2. Subcontratação

3.2.1. Não será admitida a subcontratação do objeto deste Termo.

3.3. Garantia da contratação

3.3.1. Não haverá garantia da contratação.

3.4. Dos serviços

3.4.1. O serviço deverá ser realizado no prazo estabelecido ou quando necessário, informando em tempo hábil qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite assumir o estabelecido.

3.4.2. O objeto deverá ser fornecido atendendo plena e satisfatoriamente ao especificado neste Termo de Referência.

3.4.3. A empresa contratada deverá fornecer o objeto dentro das especificações legais exigidas pela Vigilância Sanitária.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

4.1. O prazo de execução dos serviços será imediato, contados do envio da nota de empenho de forma parcelada.

4.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 24h dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

4.3. Os serviços e os materiais deverão ser executados conforme ordem de serviços emitida pela Contratante.

4.4. Os Serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 5 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.5. Os serviços e materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.6. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

4.6.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita entrega do contratado.

5. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. Realizar todos os procedimentos constantes nas formas de organização estabelecidas nos serviços de diagnósticos laboratoriais de análise clínica.

5.2. Atender somente as requisições devidamente preenchidas (com nome do paciente, sexo, idade, indicação clínica, carimbadas, assinadas e datadas com letra legível, com identificação do estabelecimento de saúde solicitante e autorizadas por um responsável do estabelecimento da rede própria do Município).

5.3. Para as requisições originadas dos estabelecimentos de saúde com convênio SUS e/ou munícipes atendidos em outros municípios, deverão seguir o item supracitado.

5.4. Realizar a coleta de material para exames, que deverão ser coletadas nos estabelecimentos de Saúde próprios do Município, com equipamentos e materiais adequados, registrados no Ministério da Saúde e em conformidade com as normas da ANVISA, por profissionais devidamente Habilitados/treinados, podendo sofrer alteração de acordo com a demanda das Unidades, sem ônus para contratante;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA – ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE MUNICIPAL DE SAÚDE

5.5. Equipar os locais de coleta com: cadeira, braçadeira para injeção, bancada, cadeira para coleta, armário e balde a pedal, sem ônus para a contratante, e manter os locais de coleta do município funcionando de segunda-feira a sexta-feira, de 07 às 10h, referido horário será alterado em virtude de epidemias previamente solicitado pela Secretaria de Saúde onde o horário de coleta será de 07 às 16h, nos estabelecimentos de saúde constantes no anexo B, salvo na unidade de pronto atendimento e Hospital Municipal de Biritinga que funcionará 24 horas/dia.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. Gestão do Contrato

6.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.1.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.1.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.1.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.2. Preposto

6.2.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.2.2. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

6.3. Fiscalização

6.3.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada **Luiz Mário Cerqueira Mendes Junior, matrícula nº16493**, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.3.2. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.3.3. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º)

6.3.4. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.3.5. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.3.6. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.3.7. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.3.8. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.3.9. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

6.4. Gestor do Contrato

6.4.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.4.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA – ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE MUNICIPAL DE SAÚDE

6.4.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.4.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.4.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.4.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.4.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. Da medição dos serviços executado.

7.1.1. Será medido os serviços executados a mando da Administração Municipal.

7.1.2. Caso necessário será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.2.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.2.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.2.3. deixar de utilizar recursos humanos exigidos para a execução dos serviços, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. Do recebimento

7.2.1. Ao final de cada serviço será feito o recebimento, conforme previsto no Contrato. Para tanto, o contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados e dos materiais entregues no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.2.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05(cinco) dias, pelo fiscal, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências deste Termo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133).

7.2.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.2.4. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências.

7.2.5. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.2.6. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.2.7. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.2.8. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.2.9. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.3. Liquidação

7.3.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.3.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.3.3. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA – ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE MUNICIPAL DE SAÚDE

- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.3.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.3.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, que poderá ser constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.3.6. Em caso de pendência de qualquer documento fiscal, a contratada deverá ser notificada para regularizar a pendência. Caso não seja possível a regularização, deverão ser adotadas providências para a extinção do contrato, e possível penalização a contratada. Se houver alguma parcela executada, porém pendente de pagamento em virtude da inadimplência, a parcela deverá ser paga antes da extinção do contrato.

7.4. Prazo de pagamento

7.4.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.5. Forma de pagamento

7.5.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.5.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.5.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.5.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.5.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de DISPENSA DE LICITAÇÃO, em razão do valor, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR GRUPO.

8.2. Regime de execução

8.2.1. O regime de execução do contrato será o de empreitada por preço global.

8.3. Critérios de aceitabilidade de preços

8.3.1. O critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

8.3.2. O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021);

8.4. Exigências de habilitação

8.4.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.5. Habilitação jurídica

8.5.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5.2. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.5.3. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

8.5.4. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.5.5. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA – ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE MUNICIPAL DE SAÚDE

Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.6. Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.6.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.6.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.6.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.6.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.6.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.6.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.6.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.7. Qualificação Econômico-Financeira

8.7.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II);

8.8. A Qualificação Técnica

8.8.1. A qualificação técnica será comprovada mediante apresentação dos documentos abaixo descrito:

I - Alvará sanitário em vigor, não serão aceitos protocolos de renovação;

II - Inscrição do(s) profissional no Conselho de Classe correspondentes, do(s) profissional(ais) executor(es) na especialidade contratada.

III - Comprovante de registro no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), conforme Portaria MS/SAS Nº. 376, de 03/10/2000 e Portaria MS/SAS Nº. 511/2000 de 29/12/2000.

IV - Alvará da Vigilância Sanitária competente (Município e/ou Estado) da Sede da proponente.

V - Apresentar cópia de contrato com a empresa Responsável pela coleta e destinação dos Resíduos de Saúde oriundos da execução de sua atividade;

VI - Relação dos equipamentos mínimos necessários para garantir a execução dos serviços, e declaração formal, sob as penas da lei, de sua disponibilidade e, ainda, declarar que correrão por conta da licitante todas as despesas relativas à pessoal, manutenção em geral e outros necessários ao cumprimento do objeto do contrato.

VII - Declarar como de sua responsabilidade as questões de insalubridade, uso de EPC's (Equipamento de Proteção Coletiva) e EPCI's (Equipamentos de Proteção Individual) dos funcionários envolvidos no trabalho a ser executado.

VIII - A CONTRATADA deverá apresentar Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS), sem ônus para a Prefeitura Municipal de Biritinga, respeitando o disposto na RDC 222, de 28 de março de 2018.

9. DO LEVANTAMENTO DE PREÇOS ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. Para a formação dos preços foi realizada ampla pesquisa de preços, em conformidade com o disposto no art. 23 da Lei 14.133/2021.

9.2. Foram realizadas pesquisas de preços junto foi realizada consulta ao Painel de Preços – PNCP, e na internet, porém não foram identificados serviços similares, em ato contínuo foi realizado o levantamento de preços no mercado local e regional, tendo sido apresentado junto a solicitação da unidade requisitante 03 (três) cotações, para cada requisição com os itens e unidades de medida devidamente especificados, atendendo ao preceito da ampla pesquisa de mercado definida na forma da lei.

O custo estimado total da contratação é de R\$89.553,83 conforme custos unitários apostos abaixo.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	QTD	UND	PREÇO MÉDIO UNIT.	PREÇO MÉDIO TOTAL
1	ÁCIDO ÚRICO	8923	150	UND	R\$ 5,05	R\$ 757,50
2	AMILASE	20737	100	UND	R\$ 6,36	R\$ 636,25
3	HCG	20184	220	UND	R\$ 12,09	R\$ 2.659,25
4	BILIRRUBINAS TOTAL E FRAÇÕES	22373	200	UND	R\$ 8,26	R\$ 1.652,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA – ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE MUNICIPAL DE SAÚDE

5	COLORO	20737	280	UND	R\$ 6,32	R\$ 1.768,90
6	COAGULOGRAMA	20737	330	UND	R\$ 14,22	R\$ 4.690,95
7	COLESTEROL TOTAL E FRAÇÕES	22373	390	UND	R\$ 22,42	R\$ 8.744,78
8	CREATININA	8923	500	UND	R\$ 5,05	R\$ 2.525,00
9	CREATINOFOSFOQUINASE MB - CKMB ATIVIDADE	20184	200	UND	R\$ 24,75	R\$ 4.950,00
10	CREATINOFOSFOQUINASE-CK	20184	200	UND	R\$ 12,55	R\$ 2.510,00
11	DEHIDROGENASE LÁTICA - LDH	20737	210	UND	R\$ 9,23	R\$ 1.937,25
12	FERRITINA	20184	210	UND	R\$ 17,52	R\$ 3.679,73
13	FOSFATASE ALCALINA	22373	230	UND	R\$ 6,84	R\$ 1.572,05
14	GAMA GLUTAMIL TRANSFERASE	20184	330	UND	R\$ 5,18	R\$ 1.708,58
15	GLICOSE	20737	400	UND	R\$ 4,39	R\$ 1.755,00
16	GRUPO SANGÜÍNEO = FATOR RH	22373	100	UND	R\$ 7,25	R\$ 725,00
17	HEMOGRAMA	22373	600	UND	R\$ 8,10	R\$ 4.860,00
18	HEMOSEDIMENTAÇÃO -VHS	20737	300	UND	R\$ 5,73	R\$ 1.718,25
19	ÍNDICE DE SATURAÇÃO DA TRANSFERRINA	20737	210	UND	R\$ 14,03	R\$ 2.945,25
20	MAGNÉSIO NO SORO	20184	200	UND	R\$ 4,81	R\$ 961,00
21	PARASITOLÓGICO DE FEZES	20737	300	UND	R\$ 4,80	R\$ 1.440,00
22	PCR- PROTEÍNA C REATIVA	20737	300	UND	R\$ 7,47	R\$ 2.240,25
23	POTÁSSIO SÉRICO	22373	500	UND	R\$ 6,80	R\$ 3.400,00
24	PROTEINÚRIA 24 HORAS	20184	210	UND	R\$ 10,61	R\$ 2.228,10
25	SÓDIO SÉRICO	20737	500	UND	R\$ 4,99	R\$ 2.495,00
26	SUMÁRIO DE URINA	22373	500	UND	R\$ 4,93	R\$ 2.462,50
27	TRANSAMINASE OXALOACÉTICA(TGO/AST)	22373	500	UND	R\$ 6,90	R\$ 3.450,00
28	TRANSAMINASE PIRÚVICA (TGP/ALT)	22373	500	UND	R\$ 6,90	R\$ 3.450,00
29	TROPONINA I	20184	200	UND	R\$ 36,25	R\$ 7.250,00
30	UREIA	22373	500	UND	R\$ 4,93	R\$ 2.462,50
31	UROCULTURA COM ANTIBIOGRAMA	9040	210	UND	R\$ 21,88	R\$ 4.593,75
32	VDRL QUANTITATIVO	20737	250	UND	R\$ 5,30	R\$ 1.325,00
VALOR MÉDIO GLOBAL						R\$ 89.553,83

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Unidade: 08.08- Secretaria Municipal de Licitação

Proj. Atividade/Ação: 2014

Elemento de despesa: 3.3.9.0.39.00.0000

Fonte: 1500

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Biritinga, 27 de maio de 2024.


Daniel Cerqueira do Nascimento
Secretário Municipal de Saúde